



CNSP

CONFEDERAÇÃO
NACIONAL DOS
SERVIDORES
PÚBLICOS

FUNDADA EM 17 DE SETEMBRO DE 1993

REAJUSTE SALARIAL PARA SERVIDORES É UM DIREITO, NÃO UMA MERA BENESSE PAG 3



FOTO DIVULGAÇÃO SHUTTERSTOCK

O SUBSÍDIO DO GOVERNADOR TAMBÉM NECESSITA DE REAJUSTE PAG 4

A APROVAÇÃO DO PDL 22 TEM UM GRANDE OBSTÁCULO: A FALTA DE RESPONSABILIDADE DE DEPUTADOS PAG 5

MARCO LEGAL DAS FERROVIAS PODE REPRESENTAR IMPORTANTE PROGRESSO PARA O PAÍS PAG 7

PALAVRA DO PRESIDENTE:

NÃO HÁ JUSTIFICATIVA PARA A GUERRA NA UCRÂNIA

Autor: Antonio Tuccílio, presidente da Confederação Nacional dos Servidores Públicos (CNSP)

Desde o final de fevereiro, o povo ucraniano não conhece outra realidade que não seja a guerra. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), a invasão das tropas russas já deixou mais de 900 civis mortos e mais de 1.400 feridos no país. É preciso cessar fogo imediato!

A Confederação Nacional dos Servidores Públicos (CNSP) presta total solidariedade aos ucranianos neste momento de intensa crise. A invasão de um país independente é absurda e viola todos os acordos humanitários.

Já são mais de 3 milhões de refugiados ucranianos espalhados pelo mundo. Não há justificativa para a guerra. Já não é tempo de os líderes mundiais entenderem isso? Não aprenderam nada com os horrores da guerra do Iraque e da Síria? Ou, indo mais longe, com a Segunda Guerra Mundial? É desesperador.

Toda a nossa solidariedade à comunidade ucraniana, inclusive presente no Brasil. Que as famílias que perderam entes queridos nesse horrível conflito – e aquelas que lutam para escapar dos horrores da guerra – encontrem algum tipo de conforto nesse momento tão difícil.

Ainda estamos em uma pandemia que matou milhões de pessoas ao redor do mundo. Torcemos para que os poderosos do mundo usem um pouco de bom senso e compaixão.

Que Deus nos abençoe!



FOTO DIVULGAÇÃO GABRIEL MUNIZ / TEXTO COMUNICAÇÃO

REAJUSTE SALARIAL PARA SERVIDORES É UM DIREITO, NÃO UMA MERA BENESSE



FOTO REPRODUÇÃO / GOVERNO DE SP

No começo de março, o governador do estado de São Paulo, João Doria, entregou à Assembleia Legislativa de São Paulo o Projeto de lei Complementar nº2/2022 que prevê reajuste para os servidores públicos. A medida já foi aprovada na Alesp e segue para sanção do governador.

“Depois de anos sem reajuste, somente agora o governador decidiu fazer algo. Seria os efeitos do ano eleitoral? Infelizmente, não vejo isso como uma bondade social. A inflação está altíssima, assim como o custo de vida, o que torna o poder de compra dos servidores muito inferior ao que era 3 anos atrás, por exemplo. Um reajuste era extremamente necessário, o governador está apenas cumprindo suas obrigações”, afirma Antonio Tuccilio, presidente da CNSP.

A medida, que é retroativa ao dia 1º de março, estabelece 20% de reajuste para

as áreas da saúde e segurança pública. Para os demais funcionários, que somam 195 mil pessoas, o aumento é de 10%. De acordo com governo, 700 mil servidores serão beneficiados pelo aumento. Além disso, o projeto também contempla inativos e pensionistas.

Segundo a proposta enviada à Alesp, os professores terão até 73% de aumento no salário inicial. O projeto define salário inicial de R\$ 5 mil aos docentes em jornada de 40 horas semanais. Profissionais no topo da carreira também são contemplados com aumento salarial e promoção por mérito.

Na área da segurança, são mais de 276 mil profissionais beneficiados com o reajuste de 20%, incluindo os funcionários das secretarias de Segurança Pública e de Administração Penitenciária. Enquanto na área da saúde, são 69 mil médicos e

profissionais de outras carreiras, como enfermeiros e técnicos.

Foi solicitado ao Deputado Cel. Telhada (PP - SP) emenda para que os servidores de todas as áreas que, apesar de receberem de acordo com as regras do subteto, estejam há anos sem reajuste, também sejam contemplados com 20% de aumento.

Também foi apresentado o PLC 4/2022 para estender o reajuste aos servidores da Assembleia Legislativa de São Paulo, que também merecem. O que se pleiteia é que no mínimo esse reajuste seja de 20% para todos.

“Sendo bem franco, esses reajustes demoraram a acontecer. Mas o PLC 2 já foi aprovado pela Alesp e segue para sanção do governador para a lei ser publicada e começar a valer de fato. Espero que aconteça o quanto antes”, conclui o dirigente.

O SUBSÍDIO DO GOVERNADOR TAMBÉM NECESSITA DE REAJUSTE

O reajuste salarial de 20% para servidores da saúde e segurança, e 10% para demais servidores, foi aprovado pelos deputados estaduais na Assembleia Legislativa de São Paulo. “Há anos que os servidores paulistas não recebem um reajuste, algo que é garantido por direito. Mas existe algo que afeta o servidor público há anos: a falta de um teto nacional, que por sinal existe em todos os estados, menos São Paulo”, destaca o presidente da CNSP.

Tuccilio explica que sem ele há uma precarização do serviço público no estado, e que com a intensificação da inflação, há uma grande redução no poder de compra. Mas para que o problema seja reduzido, é necessário que o salário do próprio governador aumente, para

que o subteto cresça enquanto o teto nacional não é aprovado.

“Há uma necessidade de aumento do subsídio do Governador. Na verdade, é previsto no Art. 37 XI da Constituição Federal uma revisão anual de acordo com os índices inflacionários. Por isso, nada mais justo que o subteto estadual seja reajustado em no mínimo 20% por questões de igualdade”, afirma Antonio Tuccilio.

São Paulo sempre foi referência em serviço público de qualidade. O estado possui uma das melhores forças de segurança pública no país, por exemplo. Porém, tem um dos piores subsídios entre todos os outros estados do país, já que não sofre reajuste há 3 anos. Isso causa uma desestímulo entre os servidores, muitos servidores qualifica-

dos migram para outras carreiras e outros entes da Federação. Claro que o reajuste de 10% e 20% é ótimo. Na verdade, é um direito do servidor público.

A Constituição Estadual (arts. 19, V, 20, V 24, § 1º, 3º) determina que seja fixado anualmente um subsídio do governador, algo que ainda não ocorreu esse ano, e expõe a legalidade de recebimento de tais valores por parte do governador.

Há um movimento das carreiras típicas de Estado na Assembleia pleiteando um projeto para aumentar o subsídio do governador em 20%. “A CNSP é totalmente a favor desse movimento. É uma questão de justiça e igualdade que seja essas reivindicações sejam bem recebidas junto à Alesp. É algo simples, na verdade”, finaliza Tuccilio.



FOTO REPRODUÇÃO / ALESP

A APROVAÇÃO DO PDL 22 TEM UM GRANDE OBSTÁCULO: A FALTA DE RESPONSABILIDADE DE DEPUTADOS

Dois anos já se passaram desde que a Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) aprovou o Projeto de Lei Complementar (PLC) 80/2019, regulamentando a reforma da Previdência no estado. Em junho do mesmo ano, o Decreto nº 65.021 foi publicado, permitindo descontos adicionais nas aposentadorias e pensões de servidores estaduais. É difícil acreditar que um absurdo desses ainda esteja em vigor. É simplesmente inconcebível que os aposentados continuem pagando contribuição ao estado após décadas de serviços prestados.

O Projeto de Decreto Legislativo 22, ou PDL 22, de autoria do deputado Carlos Gianazzi (PSOL/SP), tem como principal proposta anular os descontos adicionais sobre aposentadorias e pensões dos servidores públicos estaduais.

No início de fevereiro, foi marcada reunião da Comissão de Finanças e Orçamento para analisar o PDL 22. “Dos 11 deputados estaduais esperados, somente três compareceram e a reunião, que poderia ser virtual, foi cancelada. Uma vergonha! O PDL 22 é um sinal de esperança para reverter uma decisão absolutamente des-

cabida. Esperamos mais responsabilidade dos deputados. É um absurdo ter de pedir o mínimo a quem foi eleito e é pago para nos representar”, afirma Antonio Tuccillo, presidente da CNSP.

O dirigente reforça que não há justificativa plausível para que aposentados e pensionistas sejam penalizados com descontos adicionais. “É revoltante saber que alguns dificultam a revogação de uma medida que beneficia o povo. Uma medida tão importante e simplesmente não conseguimos ver o mínimo de comprometimento dos deputados”, finaliza.



FOTO REPRODUÇÃO / AGENCIA ALESP

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PARANÁ COMPLETA 90 ANOS

A Confederação Nacional dos Servidores Públicos (CNSP) parabeniza a Associação dos Servidores Públicos do Paraná (ASPP), que completa 90 anos de história no dia 1º de maio, data também conhecida como o Dia do Trabalhador. E foi pensando justamente no trabalhador, com o desejo de representar os interesses do funcionalismo público, que a entidade foi fundada.

“A CNSP nasceu dentro da ASPP no início dos anos 90 e nosso primeiro presidente foi Brasil Paraná de Cristo, que presidiu a ASPP de 1991 até 2010, ano do seu falecimento. A entidade esteve ao nosso lado desde o início, apoiando nossa jornada. Podemos dizer que está no nosso ‘DNA’ o dever de defender e unir os servidores públicos no Brasil.”, complementa Antonio Tuccilio.

A ASPP é a segunda maior associação dos servidores públicos no país. Atualmente, é presidida por Álvaro Miguel Rychuv.



FOTO ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PARANÁ

Brasil Paraná de Cristo foi o primeiro presidente da CNSP, e presidiu a ASPP de 1991 até o ano de seu falecimento, em 2010

“São 90 anos de um trabalho de excelente qualidade, direcionado aos melhores interesses do servidor público não apenas no Paraná, mas também em todo o país. E que venham mais 90 anos!”, finaliza Tuccilio.

Parabéns, ASPP!



FOTO ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PARANÁ

MARCO LEGAL DAS FERROVIAS PODE REPRESENTAR IMPORTANTE PROGRESSO PARA O PAÍS



A malha ferroviária brasileira se estende por cerca de 30 mil quilômetros. Pode até parecer razoável, no entanto, considerando a extensão do território brasileiro é muito inferior às necessidades do país. Acredite: isso é pouco mais do que existia um século atrás. Países como a China possuem mais do que o dobro de quilômetros de ferrovias.

“Veja bem, o Brasil é um dos maiores produtores agropecuários do mundo. Somos uma potência, inclusive em exportação. Por conta disso, a demanda por transportes é alta e uma malha ferroviária extensa faria toda a diferença. Até mesmo no transporte de passageiros, que pouco se fala. Imagine quanto tempo e dinheiro poderiam ser pou-

pados em uma viagem de trem de São Paulo a Porto Alegre, por exemplo? Sem falar na segurança. O risco de acidentes é infinitamente menor do que em uma viagem de ônibus”, explica Antonio Tuccilio, presidente da CNSP.

É fato que em relação ao transporte rodoviário o trem custa pelo menos a metade, o que significa mais economia para as empresas e para o país, além de conservação das estradas.

O modal ferroviário vem ganhando destaque na Pasta da Infraestrutura. Em seis meses, o marco legal das ferrovias atraiu mais de R\$ 240 bilhões em investimentos privados. Até o momento, já foram assinados 22 contratos, o que pode ser

um divisor de águas para um novo momento da logística brasileira.

O que sabemos até o momento é que já existem ramais autorizados que cruzarão 14 estados – são 6,8 mil quilômetros de trilhos. Ainda em 2022, o Ministério da Infraestrutura tem planos de realizar o leilão de concessão da Ferrogrão, novo corredor ferroviário que ligará Sinop (MT) às margens do Rio Tapajós, em Itaituba (PA). A ideia é criar uma ferrovia para o escoamento de grãos.

“O potencial da malha ferroviária é imenso. Fica a torcida para que os políticos percebam isso e façam o que é melhor para todos nós. A economia precisa ser direcionada para os trilhos”, finaliza Tuccilio.

VERBAS DO FUNDO ELEITORAL E DE EMENDAS DE RELATORES DEVEM SER REVERTIDAS PARA VÍTIMAS DE TRAGÉDIAS



FOTO JEFFERSON RUDY / AGENCIA SENADO

Infelizmente, parece que as tragédias causadas pelas chuvas já viraram rotina e se repetem. Logo nos primeiros dias do ano foram centenas de vítimas de desastres naturais na Bahia, Minas Gerais e São Paulo. Em fevereiro, a tragédia em Petrópolis, no Rio de Janeiro, chocou todo o país. Quem não se comoveu com o pai que revirou toda a cidade atrás do corpo de seu filho?

Mesmo depois de meses, a situação das famílias vítimas desses desastres não é nada boa, e muitas ainda precisam de amparo urgente. “Alguns argumentam que faltam verbas para ajudar vítimas de desastres

naturais, mas os políticos são os primeiros a esquecer o significado de altruísmo nessas situações. Os mais de R\$ 5 bilhões destinados ao fundo eleitoral são do povo brasileiro. Ao invés de destinar para campanhas e diversas outras firulas eleitorais, por que não devolver parte desse montante para as vítimas dessas tragédias?”, questiona o presidente da CNSP.

Não podemos esquecer de mencionar as emendas de relator, que em dezembro de 2021, poucos dias antes da tragédia na Bahia, aprovou parecer preliminar do Orçamento de 2022 destinando R\$ 16 bilhões para uso indiscriminado. Se todo

esse dinheiro fosse revertido para as famílias desabrigadas e desalojadas daria para recuperar muito do que foi perdido nas chuvas.

“A situação atual é muito crítica. Com todo o respeito aos deputados e senadores, é uma vergonha que Vossas Excelências não participem de ações nem tenham propostas sérias para liberar a verba necessária para o auxílio dessas vítimas. É uma afronta e um tapa na cara do povo brasileiro. Diante de tragédias como essas, é difícil se reerguer. É um absurdo que quem foi eleito para nos representar pouco faz pelo povo”, afirma o presidente da entidade.

STJ E OS PLANOS DE SAÚDE: O POVO SEMPRE PERDE



FOTO LEANDRO CIUFFO - FLICKR

O direito à saúde é Constitucional e há argumentos contrários. Mas a cobertura dos planos de saúde para procedimentos listados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) está em julgamento no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Mesmo que a decisão tenha sido adiada, é motivo de tensão entre aqueles que dependem dos planos. Mas, afinal, o que pode mudar e como isso prejudica as pessoas que pagam por melhor atendimento na saúde?

Antonio Tuccilio explica que o debate gira em torno de a cobertura dos planos ser taxativa ou exemplificativa. Ou seja: se as operadoras podem ou não ser obrigadas a cobrir procedimentos incluídos na lista da ANS. Se o STJ mudar as re-

gras, muitos planos deverão negar cada vez mais procedimentos e muita gente ficará sem atendimento.

Um exemplo: crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), mais conhecido como autismo – condição caracterizada por distúrbios do neurodesenvolvimento. Por essa razão, milhares de pessoas precisam de terapia cognitiva e outras formas de terapia para aprender a reconhecer suas emoções, além de desenvolver habilidades básicas para o convívio social. Dificilmente o Sistema Único de Saúde (SUS) oferece esse tipo de tratamento, então os pais recorrem aos planos de saúde, que cobrem as necessidades.

Se o STJ for adiante com a decisão de

desobrigar os planos a fazerem determinados procedimentos, as famílias perderão vários direitos. Isso sem falar das pessoas que não terão mais acesso a determinados medicamentos e exames – ambos caríssimos – só disponíveis na rede particular.

“Pessoas com deficiência ou doenças graves são negligenciadas constantemente. É inconcebível que parlamentares e ministros decidam se o lucro está acima do direito à saúde. O que será do povo brasileiro se isso for adiante? Milhões de pessoas podem ser afetadas por uma decisão que, a meu ver, só beneficiaria as operadoras de planos de saúde. Precisamos ficar de olhos bem abertos em relação a esse tema”, finaliza.

GASOLINA A MAIS DE R\$ 7,00. E AGORA?

Poucos meses atrás a questão do descongelamento do ICMS sobre combustíveis era um dos assuntos mais falados na mídia. Naquela época (janeiro), a gasolina ainda não custava R\$ 7,00 em algumas regiões. Recentemente, com o aumento absurdo do preço dos combustíveis, os parlamentares e outras autoridades começaram a procurar alternativas para baixar os valores.

A mais recente medida é a taxa única no

ICMS, que pode reduzir o preço do litro da gasolina, do etanol e do diesel. Mas tem um porém: isso ainda não tem data para acontecer. O Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 11, de 2020, estabelece valor fixo na alíquota de ICMS sobre combustíveis, foi aprovado, mas não funciona de forma imediata.

“Acontece que a alíquota do imposto é um percentual cobrado sobre o preço final do

litro da bomba e varia bastante de estado para estado. A PL aprovada determina que a cobrança do ICMS ocorra sobre o preço final na refinaria ou no balcão de importação, quando o combustível vem do exterior”, explica Antonio Tuccílio, presidente da CNSP.

Mas, de acordo com as recentes movimentações, o preço dos combustíveis parece que não dará sinais de redução por um bom tempo.



FOTO MARCELO CAMARGO / AGENCIA BRASIL

O INFORMATIVO CNSP É O ÓRGÃO DE COMUNICAÇÃO OFICIAL DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS

DIRETORIA: Antonio Tuccílio (Presidente), Elisio Gonzaga Da Silva (1º Vice-Presidente), Lucieni Pereira da Silva (Diretora de Assuntos da Área Federal), Rafael Rodrigues Aguirrezábal (Diretor de Assuntos Municipais), Luiz Manoel Geraldes (Secretário Geral), Mauro Rodrigues Pinto (1º Secretário), Wagner Dalla Costa (Diretor de Finanças), Lizabete Machado Ballesteros (Diretor Adjunto de Finanças), Julio Bonafonte (Diretor Jurídico), Gaspar Bissolotti Neto (Diretor de Imprensa e Divulgação), Rita Amadio de Brito Andrade Ferraro (Diretor de Assuntos Parlamentares), Valdir Suzano (Diretor de Assuntos Internacional Integração) e João Carlos Milani Santos (Diretor de Assuntos da Área Estadual). **VICE-PRESIDENTES REGIONAIS:** Paulo Sebastião Gonçalves Olympio, Vice-Presidente da 1ª Região (Rio Grande do Sul e Santa Catarina), Álvaro Miguel Rychuv, Vice-Presidente 2ª Região (Paraná e Mato Grosso do Sul), José Gozze, Vice-Presidente da 3ª região (São Paulo), Derly Ávilla Corrêa, Vice-Presidente da 4ª região (Rio de Janeiro e Espírito Santo), Manoel Do Nascimento Vice-Presidente 5ª Região (Mato Grosso e Rondônia), José Carlos Cosenzo, Vice-Presidente da 6ª Região (Minas Gerais), Carlos Kauark Kruschewshy, Vice-Presidente 7ª Região (Bahia e Sergipe), Luciano Albuquerque Florêncio, Vice-Presidente da 8ª Região (Alagoas, Pernambuco e Paraíba), Djalma Pires, Vice-Presidente da 9ª Região (Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí), Adherbal Silva Pompeo, Vice-Presidente da 10ª Região (Maranhão, Pará, Amazonas, Acre, Roraima e Amapá), João Batista Teixeira, Vice-Presidente 11ª Região (Goiás, Tocantins e Distrito Federal). **CONSELHO FISCAL:** Gilmar Belluzzo Bolognani, Carlos Roberto Martins de Lima e Nivaldo Campos Camargo. **SUPLENTES:** Oscar Antonio Klos, Eduardo Pereira Quadros Souza e Claudio Rosa Leopoldino (Falecido em 14/12/2021). **PRESIDENTES EMÉRITOS:** Wilson Ribeiro e Brasil Paraná de Cristo (in memoriam).

COORDENAÇÃO GERAL: Antonio Tuccílio. **JORNALISTA RESPONSÁVEL:** Altair Albuquerque (MTb 17.291). **REDAÇÃO E EDIÇÃO:** Ana Livia Lopes - Texto Comunicação Corporativa (www.textoassessoria.com.br). **PROJETO GRÁFICO E DESIGN:** Rodrigo Bonaldo. **TIRAGEM:** 650 exemplares. **CNSP:** www.cnsp.org.br | cnsp@cnsp.org.br | (11) 3105-7940. Rua Bitencourt Rodrigues, 88 - 6º andar - São Paulo/SP - CEP 01017-010.